

HISTÓRIA ORAL: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA PRÁTICA DA PESQUISA DOCENTE

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-424>

Data de submissão: 29/04/2025

Data de publicação: 29/05/2025

Regina Celi Frechiani Bitte

Doutora em Educação

Universidade Federal do Espírito Santo

bitteregina@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6819-3900>

<http://lattes.cnpq.br/8436866512999341>

Sonia Maria dos Santos

Doutora em Educação

Universidade Federal de Uberlândia

soniaufu@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7217-1576>

<http://lattes.cnpq.br/9281057859793276>

Vilmar José Borges

Doutor em Educação

Universidade Federal de Uberlândia

vilmar.geo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0846-0621>

<http://lattes.cnpq.br/2258402424414309>

RESUMO

Objetiva mitigar as inquietações vivenciadas pelos alunos da graduação e pós-graduação ao utilizarem a metodologia da História Oral em suas produções. Para atingirmos o objetivo proposto, efetuamos uma revisão bibliográfica acerca da utilização da História Oral na produção acadêmica, buscando uma contextualização de seu uso, suas fragilidades e suas potencialidades. Esperamos, dessa forma, que o texto produzido possa contribuir minimamente para esclarecer as incertezas suscitadas pelos alunos nos usos dessa metodologia.

Palavras-chave: História Oral. Formação docente. Metodologia de Pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo surgiu com o objetivo de mitigar as inquietações vivenciadas com os alunos da graduação e da pós-graduação quanto do uso da metodologia da História Oral (HO). Constantemente ouvimos as seguintes questões: é possível trabalhar somente com a metodologia da História Oral em nossas pesquisas? O que caracteriza esta metodologia? Esta fonte é confiável tanto quanto a fonte escrita? Ao realizar entrevistas, estou fazendo História Oral?

Assim, a partir das perguntas de nossos alunos, sentimo-nos instigados a produzir um texto que pudesse minimamente esclarecer as incertezas dos alunos ao utilizarem a metodologia da História Oral. Para tanto, voltamos nossos olhares para uma revisão bibliográfica acerca da utilização da HO na produção acadêmica, buscando uma contextualização de seu uso, suas fragilidades e suas potencialidades.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO: DAS CRÍTICAS À INSERÇÃO NAS PESQUISAS ACADÊMICAS

Embora a História Oral remonte à Antiguidade, sua utilização como metodologia de pesquisa somente tornou-se sistemática a partir de meados do século XX, mais especificamente entre os anos 1960 e 1980 (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 1998). Portanto, trata-se de uma abordagem de pesquisa que, não obstante suas potencialidades, ficou relegada e esquecida por um longo tempo. Uma explicação para tal abandono talvez seja a forte influência da concepção positivista de ciência do século XIX, ao atribuir extrema importância aos documentos, à comprovação dos fatos e à neutralidade do pesquisador. Assim, sua utilização nos meios acadêmicos é relativamente recente sobretudo nas pesquisas voltadas para a área da educação escolarizada. (BORGES, V. J.; BORGES, J. M., 2021).

Santos (2010) aponta que a História Oral teve significativo avanço com os estudos realizados na escola de sociologia de Chicago, nos anos de 1920, como também com a história oral britânica em 1960, com característica militante e politicamente engajada. Ainda segundo Santos (2010), na França, devido a uma forte desconfiança dos historiadores frente à História Oral, ela só tomou impulso para as primeiras pesquisas a partir de 1970, conquistando sua legitimidade entre as ciências sociais históricas somente nos anos 1980. Não obstante, a França passou a ser um terreno profícuo para essa abordagem metodológica de pesquisa, em decorrência do movimento da Escola dos Annales, na década de 1920, que se acentuou na defesa de novas abordagens históricas, visando superar a historiografia positivista que narrava as histórias dos heróis e apontava que o historiador não deveria questionar documentos e fontes, apenas expor fontes escritas. A Escola do Annales dedicava-se aos estudos sociais e culturais, valorizando diferentes fontes.

No Brasil, começou a despontar nos anos de 1970, a partir das experiências do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), mas somente em meados da década de 1990 alargou-se sua utilização como metodologia de pesquisa, por meio da qual cada depoente, guardião de memórias individuais, poderia torná-las coletivas (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 2006). No entanto, sua expressividade nos meios acadêmicos aconteceu em decorrência de significativos trabalhos desenvolvidos pela Associação Brasileira de História Oral (ABHO) da Universidade de São Paulo (BORGES, V.J.; BORGES, J. M., 2021).

Observa-se que a tardia utilização da História Oral por pesquisadores se deve às diversas desconfianças e críticas em relação a essa perspectiva, que tem como método a entrevista na coleta de fontes orais. Segundo Thomson; Frisch e Hamilton (2006), o principal alvo dessas críticas colocadas como obstáculo para a utilização da História Oral se pautou no fato de que, na realização da entrevista, o entrevistado recorria às suas memórias:

[...] a memória não ser confiável como fonte histórica porque era distorcida pela deterioração física e pela nostalgia da velhice, por preconceitos do entrevistador e do entrevistado e pela influência de versões coletivas e retrospectivas do passado (THOMSON; FRISCH; HAMILTON, 1998, p. 66).

Em relação a essas críticas, Pollak (1992) faz as seguintes observações:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é [...] não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral [...] A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve [...] ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta (POLLAK, 1992, p. 207).

Pautados no excerto de Pollak, podemos afirmar que tanto a fonte escrita como a fonte oral são passíveis de críticas. Mesmo assim, existiam e, lamentavelmente ainda existem, pesquisadores que insistem em acreditar que os documentos escritos são “mais confiáveis” do que as fontes orais. Para o referido autor, os documentos escritos também apresentam problemas e nem por isso deixam de ser fidedignos, assim como a História Oral.

Na produção do conhecimento, toda crítica deve ser considerada. No entanto, no que se refere à “hierarquização” de fontes escritas e orais, há que se considerar também que “[...] se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é [...]” (POLLAK, 1992, p.207), podendo ocorrer lapsos, falseamentos, polifonias tanto na documentação escrita quanto na oralidade.

Assim, ao compreender que as fontes orais são confiáveis tanto quanto as fontes escritas, pois ambas podem conter em seu processo de escrita lapsos e falseamentos, passa-se a outra questão: qual

o lugar e o contexto que as fontes orais podem ocupar, quando utilizadas nas pesquisas? Para Thompson (1992), as fontes orais não devem ser aplicadas como “tapa-buracos” ou mero complemento aos documentos escritos.

Quão fidedigna é a evidência da história oral? [...] A pergunta propõe uma falsa escolha. Se as fontes orais podem de fato transmitir informação 'fidedigna', tratá-las simplesmente 'como um documento a mais' é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho subjetivo, falado (THOMPSON, 1992, p. 138).

Nessa perspectiva, trabalhar com as fontes orais enriquece sobremaneira a pesquisa, pois as narrativas orais constituem objeto de estudo daqueles sujeitos históricos que viveram e testemunharam a história de seu tempo. Em seus escritos, Bosi (1994) ressalta o valor do testemunho subjetivo e falado.

A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nossa interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida (BOSI, 1994, p. 37).

Infere-se, pois, que a autora não quer provar nada, não tem a intenção de comparar dados em relação à história dos trabalhadores, objeto de seu estudo, e acrescenta:

Não dispomos de nenhum documento de confronto dos fatos relatados que pudesse servir de modelo, a partir do qual se analisassem distorções e lacunas. Os livros de história que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista (BOSI, 1994, p. 37).

Se, por um lado, Bosi (1994) não vê possibilidade de confrontar fatos, identificar distorções e lacunas, por outro lado, ao se trabalhar com fontes orais, não se deve alijar os documentos escritos. A pesquisa que opta pela metodologia da História Oral pode cotejar outros documentos que se mostrarem pertinentes em face do recorte da pesquisa.

De certo modo, a história oral vem dar repostas à história positivista, mostrando que é possível fazer história para além dos documentos escritos. Para François (1998, p. 4), a história oral é inovadora em seus objetivos privilegia “[...] o cotidiano e a vida privada, à história local e enraizada [...] história vista de baixo, atenta às maneiras de ver e sentir”. Ela se preocupada em ouvir, dialogar com as narrativas, matéria-prima da experiência, apresentadas pelos sujeitos entrevistados.

Ao utilizar a abordagem da História Oral como caminho metodológico da pesquisa, o pesquisador poderá optar por trabalhar com uma das três tendências, a saber: a História Oral de Vida, a História Oral Temática e a Tradição Oral. A História Oral de Vida é caracterizada pelos estudos biográficos, centrados nos acontecimentos e na memória individual. Conforme Bom Meihy (1996, p. 35), tal tendência se caracteriza por ser “[...] o retrato oficial do depoente. Nessa direção, a verdade

está na versão oferecida pelo narrador, que é soberano para revelar ou ocultar casos, situações e pessoas”.

A História Oral Temática é caracterizada pelos estudos temáticos, centrados em acontecimentos relacionados às experiências vivenciadas pelo depoente. Já a modalidade da Tradição Oral caracteriza-se pelos estudos relacionados ao conhecimento histórico, transmitido oralmente ao longo do tempo pelo saber não sistematizado, pelos costumes que são passados de geração a geração. O grupo tem mais importância que o indivíduo em si.

As três tendências dependem de entrevistas gravadas, realizando assim o movimento de “documentar o não documentado” (MEIHY, 1996). Portanto, por ser a entrevista gravada elemento essencial para a pesquisa que se apoia na História Oral, alguns cuidados e procedimentos são fundamentais. A realização da entrevista gravada envolve três momentos distintos: a pré-entrevista, a entrevista e a pós-entrevista, possibilitando a apreensão, o registro e consequentemente a documentação de narrativas.

3 NARRATIVA: MATÉRIA PRIMA DO OUVINTE

Conforme bem salienta Meihy (2005, p. 29), a História Oral possibilita uma “[...] prática de apreensão de narrativas [...]” que objetiva “[...] promover análises de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato”. Assim, a História Oral, ao colocar lado a lado narrador e ouvinte, propicia e estimula a arte de narrar, que é “[...] uma relação, alma, olho e mão, que fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principiados por sua voz. O narrador transforma sua matéria, a vida humana” (BOSI, 1994,p.90) e o ouvinte/pesquisador transforma a narrativa em sua matéria-prima.

Meihy (2005) assevera que a HO “[...] combinou três funções complementares: registrar relatos, divulgar experiências relevantes e estabelecer vínculos com o imediato urbano, promovendo assim um incentivo à história local e imediata” (2005, p. 22). Dessa forma, considerando as potencialidades desse momento, o pesquisador, ao trabalhar com a História Oral, deve atentar-se para o fato de que ela pode se constituir na gravação de entrevistas, de caráter histórico e documental, com atores ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições (ALBERTI, 2004). Conforme salienta a referida autora, a História Oral “[...] permite o registro de testemunhos e o acesso à história dentro da história e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (ALBERTI, 2011, p.155).

Nessa direção e, conforme salienta Meihy (1996), toda pesquisa que se respalda na HO depende da realização de entrevistas. No entanto, V. J. Borges e J. M. Borges (2021) nos alertam que nem toda

entrevista se constitui em HO, pois ela é uma das etapas da pesquisa. Essa percepção é compactuada com Meihy (1996), ao asseverar que a entrevista se constitui como História Oral quando possibilita a elaboração de registros e documenta experiências, saberes e práticas de pessoas a respeito de suas vivências e concepções.

Nessa direção, Meihy (1996) salienta a importância e o cuidado na realização das entrevistas, destacando que três degraus estruturam uma entrevista: a pré-entrevista, a entrevista e a pós-entrevista. Sendo a entrevista o coração da HO, alguns cuidados devem ser observados ao planejar, realizar e apropriar-se dos dados orais empíricos decorrentes de sua efetivação.

3.1 A PRÉ-ENTREVISTA

A realização de entrevistas, na metodologia da História Oral, deve orientar-se por um projeto de pesquisa previamente elaborado. Cabe ao pesquisador estar atento para que a organização dos roteiros das entrevistas a serem realizadas possam contribuir para o alcance dos objetivos propostos no projeto.

Conforme Alberti (1990), a organização dos roteiros de entrevista depende do tipo de pesquisa oral a ser realizada, podendo conter um ou mais roteiros e ser preparado após o aceite do entrevistado. É importante a recomendação de Delgado (2010) em que o roteiro deva exercer realmente a função de roteiro, e não como uma camisa de força na condução das entrevistas e na construção das narrativas.

A preparação de um depoimento consiste na escolha de critérios para a definição dos potenciais entrevistados. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram ou foram testemunhas dos acontecimentos ligados ao tema da pesquisa. No que se refere ao número de entrevistados, “[...] não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência (ALBERTI, 2011, p. 40).

Subsequentemente à escolha dos potenciais entrevistados, proceder-se-á aos contatos com cada um desses sujeitos que se enquadram nos critérios de seleção da pesquisa, para consultar sobre disponibilidade de contribuir para a investigação. Nesses contatos, sugere-se apresentar o projeto de pesquisa e a instituição a que está vinculado, destacar a importância do depoimento de cada um deles, explicar os objetivos da pesquisa e as formas de sua divulgação e dos depoimentos recolhidos (DELGADO, 2010).

Após a aceitação do futuro entrevistado, ainda nessa etapa da pré-entrevista, se prepara o próximo momento em que ocorrerá a gravação propriamente dita. Nesse sentido, agendam-se datas, locais e horários para a realização da gravação. Nesses contatos prévios, ao solicitar a adesão do sujeito

a ser entrevistado, é preciso informar e solicitar autorização para gravação em áudio, assim como informar também que fica a critério do entrevistado a garantia do anonimato, com adoção de pseudônimos, se, por questões diversas, assim o desejar. Também é importante esclarecer aos colaboradores que podem desistir da pesquisa a qualquer momento, sem sofrer nenhum constrangimento (BORGES, V. J.; BORGES, J. M., 2021).

Assim, cumpridos os procedimentos para o primeiro degrau, que é o da pré-entrevista. Com a aquiescência da participação dos colaboradores contatados, sugere-se a elaboração do termo de consentimento livre e esclarecido, para solicitar ao entrevistado, no dia da realização da entrevista, a leitura e a assinatura do documento, concordando formalmente com a participação na pesquisa. Passa-se então para o segundo degrau: o momento da entrevista.

3.2 A ENTREVISTA

Conforme já mencionado anteriormente, ratificamos que “[...] a realização da entrevista é considerada etapa crucial de qualquer pesquisa que trabalhe com a metodologia da história oral” (DELGADO, 2010, p. 27). “É na realização de entrevistas que se situa efetivamente o fazer da história oral: é para lá que convergem os investimentos iniciais do projeto de pesquisa, e é dela que partem os esforços de tratamento do acervo” (ALBERTI, 1990, p. 45).

Sendo assim, a realização de entrevista pressupõe algumas habilidades ao entrevistador, tais como interesse e respeito pelos outros como pessoas, capacidade em demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles, bem como disposição para ficar calado e escutar (THOMPSON, 1992).

Assim, para a realização da entrevista, deve-se dedicar especial atenção para a elaboração das perguntas que comporão o seu roteiro. Devem ser tão simples e diretas quanto possível. Perguntas complexas ou de duplo sentido, em geral, serão respondidas pela metade. No entanto, deve-se evitar perguntas diretivas, apresentando suas próprias opiniões, principalmente no início da entrevista, visto que tal atitude poderá influenciar para que provavelmente obtenha-se as respostas que o depoente considera que o pesquisador gostaria de ouvir (THOMPSON, 1992).

Outro ponto importante, que pode contribuir para estimular memórias do entrevistado, consiste em levar algum “auxílio para a memória”. Nessa direção, Thompson (1992, p. 265) sugere a utilização, sempre que possível, nesse momento, de material de apoio, como jornais, fotos e objetos que possam contribuir para o bom desenvolvimento da entrevista. Para o referido autor, esses recursos auxiliares podem estimular o aparecimento de outros materiais valiosos para a pesquisa. Por fim, onde deve ser realizada a entrevista?

Recomenda-se que as entrevistas sejam realizadas em datas, horários e locais agendados pelos colaboradores. Há que se ter o cuidado, no entanto, para que sejam locais tranquilos e silenciosos que garantam certa privacidade tanto para entrevistador quanto para o entrevistado. Assim, a privacidade proporcionará uma atmosfera de confiança em que a franqueza se torna muito mais possível. Nesse sentido, o melhor é ficar sozinho com o depoente. A presença de outra pessoa pode inibir ou influenciar o conteúdo da narrativa (THOMPSON, 1992).

Ainda nesse momento, conforme sugere Thompson (1992), é recomendável que o pesquisador procure registrar os comentários sobre o contexto da entrevista, a personalidade do informante, observações adicionais sem serem gravadas que talvez não tenham sido ditas. Em seguida, é importante que busque ouvir atentamente a gravação e conferir quais as informações obtidas, como também se ainda faltam dados que gostaria de saber. Após a verificação de que os itens foram contemplados e que não há necessidade de novas visitas, é pertinente enviar uma carta de agradecimento ao entrevistado e ainda informar que, após a transcrição da entrevista, o colaborador receberá uma cópia para conferência e posteriormente cessão dos direitos de uso do documento.

3.3 A PÓS-ENTREVISTA

Realizadas as entrevistas, entramos no momento que Meihy (1996) denomina pós-entrevista, quando devemos manter o contato com os colaboradores, inclusive para o encaminhamento da transcrição das informações. Delgado (2010) ressalta que não há consenso quanto à orientação referente à transcrição dos relatos no seio da comunidade de pesquisadores. Para Thompson, a transcrição

[...] deve incluir tudo o que está gravado, com possíveis exceções de digressões [...]. Todas as perguntas devem constar dela. O gaguejar em procura de uma palavra pode ser eliminado, mas outros tipos de hesitações e de “muletas, como “você sabe”, “veja bem” devem ser incluídas. A gramática e a ordem das palavras devem ser deixadas como faladas. Se não se conseguir compreender uma palavra ou uma frase, deve deixar-se um espaço na transcrição para indicar isso (THOMPSON, 1992, p. 297).

Portanto, para Thompson(1992, p. 293, grifo nosso), a transcrição deve preocupar-se com o integral, “[...] mas a verdadeira arte do transcritor está no uso da pontuação e numa ou outra **grafia fonética** que transmita a natureza da fala”). Já Portelli aduz:

O que considero fascinante é que, quando se escreve a História Oral — porque o que falamos na História Oral, depois escrevemos —, temos que escrever algo que se possa ler. Não é uma questão de fidelidade, pois não existe fidelidade quando transformamos um discurso oral maravilhoso em uma página escrita que não se pode ler, numa adaptação mecânica; é preciso, isso sim, que haja memória da origem oral. Pois as palavras que estão em nossos livros não se originam como texto, mas como performance, como busca da palavra, como tentativa de

encontrar uma palavra justa para dizer algo que, com frequência, nunca disseram a um desconhecido, a um historiador. É, pois, um estilo de escritura que se situa numa linha entre o texto e a performance; entre palavras fixas, escritas, e palavras que se movem, palavras vivas, faladas (PORTELLI, 2010, p.8).

Segundo Portelli (2010), é de suma importância preservar a memória da origem oral; Thompson (1992, p. 297) assevera que “[...] não pode haver uma reordenação, caso ela resulte em um novo sentido que não era intenção do falante”. Para V. J. Borges e J. M. Borges,

[...] o entrevistador deve proceder à transcrição das entrevistas, na íntegra, mantendo os vícios de linguagem. Posteriormente deve remeter a transcrição aos entrevistados para que façam a leitura, conferência, supressão e/ou acréscimos de trechos e falas (BORGES, V. J.; BORGES, J. M., 2010, p. 97).

Para esses autores, quando se encaminha transcrição da entrevista para os colaboradores, o pesquisador deve informá-los sobre o processo de textualização, quando serão retirados os vícios de linguagem e repetições. Dessa forma, tanto na perspectiva de Thompson (1992) quanto de Portelli (2010) e de V. J. Borges e J. M. Borges (2021), ao transcrever-se as entrevistas, todos os cuidados são necessários no sentido de garantir que o narrador se reconheça no texto da entrevista:

[...] é preciso que a transcrição vá além da passagem rigorosa das palavras da gravação para o papel. A transcrição literal, apesar de extremamente necessária, será apenas uma etapa da feitura do texto final, que chamo de *textualização*, por ser o modo de produzir a entrevista em um texto escrito (MEIHY; HOLANDA, 2019, p. 155).

Na transcrição, “[...] o historiador precisa, pois, desenvolver uma nova espécie de habilidade literária que permite que seu texto escrito se mantenha tão fiel quanto possível, tanto ao caráter quanto ao significado original” (THOMPSON, p. 297,1992, grifo nosso). Portanto, as recomendações de Meihy e Holanda (2019), como também as de Thompson (1992), convergem para os cuidados com a transcrição das entrevistas. Para os primeiros, após a transcrição, “[...] o texto não deve abandonar a característica de originalmente falado” (MEIHY; HOLANDA, 2019, p. 158), mas permite a textualização para publicação.

Para Thompson (1992, p. 297), o texto escrito deve se manter “[...] tão fiel quanto possível, ao significado original. Em ambas as perspectivas, são aceitos cortes ou supressões, desde que sejam indicados por linhas pontilhadas, interpolações com parênteses e outros recursos. O texto transcrita, no entanto, deve manter as “muletas” e a ordem gramatical como foram faladas. Assim, é de mister que o pesquisador informe, no seu texto de socialização da pesquisa, qual ou quais teóricos foram os balizadores para a realização da transcrição das suas entrevistas. É aconselhável, sempre que

necessário, recorrer ao depoente para conferir informações, solucionar dúvidas, checar erros e marcar novas entrevistas.

Após o termo de um depoimento de História Oral, seja na tendência da História Oral Temática, da História Oral de Vida ou da Tradição oral, é necessário apresentar ao entrevistado, para sua anuência, uma carta de cessão que deve ser clara, relativamente às possibilidades de socialização da entrevista.

Assim, vencidas as etapas de produção das fontes orais, de acordo com os procedimentos metodológicos da História Oral (MEIHY, 1996), o pesquisador depara com dois grandes desafios. De acordo com Delgado (2010), o primeiro, “[...] valendo-se de depoimentos, construir evidências e estabelecer correlações e análises que possam contribuir para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados da melhor forma possível”. E o segundo, “[...] cuidados especiais precisam ser adotados para que o pesquisador não se torne refém do depoimento recolhido, em prejuízo de sua capacidade analítica” (DELGADO, 2010, p.29-30).

Nesse sentido, é pertinente apresentar a analogia de Bosi (1994) entre o narrador e o escultor. A autora aponta a fala de uma criança com a indagação: “Eu não sabia, que dentro daquele bloco de pedra estava esse cavalo que você tirou” (BOSI, 1994, p. 90). Assevera que, assim como o escultor, o narrador “[...] é um artesão que torna visível o que está dentro das coisas” (BOSI, 1994, p. 90). O olhar atento da criança deve ser a escuta atenta do entrevistador.

4 HISTÓRIA ORAL: HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Depreende-se das reflexões até aqui realizadas que a HO atingiu sua consagração entre os pesquisadores que dedicam suas análises ao tempo presente. Como metodologia de pesquisa, possibilita valermos do passado para construirmos no presente as bases de compreensão e de produção de saberes e fazeres em curso nos processos históricos.

A sua utilização como metodologia de pesquisa data dos anos 1960, mas só em meados da década de 90, principalmente no Brasil, se alargou. Cada depoente é, em certa medida, guardião de memórias que podem se tornar coletivas, por meio de seus depoimentos. Nesse sentido, a História Oral “[...] permite o registro de testemunhos e o acesso a histórias dentro da história” (ALBERTI, 2011, p.155), pois amplia as possibilidades de interpretação do pretérito e do presente, atestando e validando sua riqueza metodológica e se firmando nos meios acadêmicos.

Ainda afirma Meihy (2005, p. 29) ser a HO uma “[...] prática de apreensão de narrativas [...]” que tem por objetivo “[...] promover análises de processos sociais do presente e facilitar o

conhecimento do meio imediato", evidenciando os sujeitos históricos, independentes de seu segmento social, outrora excluídos de outras abordagens metodológicas.

Portanto, rompendo a falsa concepção de apêndice, a utilização e a observação dos caminhos metodológicos necessários à objetivação dessa abordagem de pesquisa fornece respostas possíveis para os questionamentos iniciais levantados pelos alunos. Nessa direção, a HO se mostra potente para desvelar inúmeros "cavalos, existentes nos blocos de pedra", no fazer e no devir histórico.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Ouvir e contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- BORGES, Vilmar José; BORGES, Jullizze Maia. Potencialidades da História Oral na pesquisa e na form(ação) docente: percursos metodológicos. *Teias*, Rio de Janeiro, v 22, n. 64, 2021. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/50659/37046>. Acesso em: 10 out. 2021.
- BOSI, Ecléia. Memória e sociedade. lembranças de velho. 3.ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História Oral: memória, tempo, identidade. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FIGUEIREDO, Janaína P. Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV. p. 3-13.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. São Paulo: Loyola, 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2019.
- POLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 207-208, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. História Oral e poder. *Revista Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010.
- SANTOS, Sonia Maria. Perspectiva e abordagem da História Oral como método. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia/NEPHE/NEIAPE/FACED, 2010. (Mimeo).
- THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre Memória e História: alguns aspectos internacionais. In.: FIGUEIREDO, Janaína P. Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 65-91.